

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS

**CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO NA GESTÃO
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA ÁREA DA
SAÚDE.**

ISABEL CRISTINA GORLA

SÃO PAULO

2013

ISABEL CRISTINA GORLA

**CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO NA
GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA
ÁREA DA SAÚDE.**

Trabalho apresentado ao curso de
Especialização em Gestão Pedagógica das
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Araraquara, polo
Vila Mariana.

Orientadora: Profa. Amanda Marcia Santos Reinaldo

CEFORSUS/SP – ETSUS Araraquara, Polo Vila Mariana.

2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Gorla, Isabel Cristina

Construção de um caminho para a democratização na gestão da educação profissional técnica de nível médio na área da saúde. [manuscrito] / Isabel Cristina Gorla . - 2013.

32 f.

Orientadora: Amanda Márcia dos Santos Reinaldo

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo São Paulo-SP, Vila Mariana, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1.Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Atenção Primária à Saúde/recursos humanos. 3.Educação em Saúde/administração & organização. 4.Educação Profissionalizante. I. Reinaldo, Amanda Márcia dos Santos. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III.Título.

Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Isabel Cristina Gorla

**PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA NAS ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Polo Vila
Mariana/SP.

BANCA EXAMINADORA:


Prof^ª. Dr^ª. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo (Orientadora)


Prof^ª. Dr^ª. Anézia Moreira Faria Madeira

Data de aprovação: 08 de junho de 2013

São Paulo - SP
2013

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a Deus, ânimo de minha vida, a minha família, amigos, e principalmente aos sujeitos educativos docentes e discentes, dos cursos de Educação Profissional da área da saúde que acreditam que conhecer é aprender com emoção e ensinar com alegria.

Agradeço a todos os que me ajudaram na elaboração deste trabalho: Ministério da Saúde- SGETES/DEGES, pela possibilidade; a UFMG, pela disposição e realização; aos tutores Neil Jose Boretti e Irene Cortina, pelo incentivo e a todos os colegas que compartilharam comigo nesta caminhada.

RESUMO

A presente proposta de intervenção sugere bases operacionais para a implantação do processo de autoavaliação institucional participativa nas Escolas Técnicas do SUS do Estado de São Paulo. Tem por finalidade subsidiar a elaboração e/ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico, enfatizando a participação, como princípio para democratização. Considerando o planejamento coletivo da avaliação, desenvolvimento do projeto de intervenção, consolidação do processo e programação de redirecionamento, como estratégias para a busca do crescimento dos sujeitos educativos e sujeitos sociais que compõem a estrutura escolar, conjugado ao crescimento da instituição.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional Participativa, Escola Técnica do SUS, Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

This intervention proposal suggests operational bases for implantation of participatory institutional self-evaluation process in Technical Schools of SUS in the State of São Paulo. Have the purpose to subsidize the elaboration and review of Pedagogical Political Project, emphasizing participation, as a principle for democratization. The collective planning of evaluation, project development, consolidation of the process and redirect are strategies for the search of growth of students and social subjects that make up the school structure, in conjunction to the growth of the institution.

Keywords: Participatory Institutional Self-assessment, SUS Technical School, Democratic Management, Pedagogical Political Project.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	13
3.1 Etapas do processo de autoavaliação institucional participativa.....	16
a) Planejamento e preparação coletiva da autoavaliação institucional participativa	16
b) Desenvolvimento da proposta de intervenção.	17
c) Consolidação do processo e da programação de redirecionamento da autoavaliação institucional participativa	18
3.2 Definição do conteúdo e da forma dos instrumentos específicos para cada segmento e dimensão avaliada.....	19
Quadro	
1.....	15
Quadro 2	
.....	17
Validação e tratamento de análise de dados junto às comissões	22
3.3 Cronograma	
.....	20
3.4	
Orçamento.....	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
Referências	
.....	25
Apendice	
1.....	27
Apendice	
2.....	28

Apendice

3.....29

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios da gestão em saúde, para o alcance do modelo qualificado de atenção universal, integral e equitativo, que atenda às necessidades de saúde da população refere-se ao desenvolvimento de ações de interação entre instituições de ensino e os serviços de saúde, em que se potencializa o importante papel das instituições, na formação emancipadora e crítica dos trabalhadores, profissionais da saúde.

A busca constante de caminhos para a transformação do modelo de atenção à saúde existente, o pensar conteúdos e práticas que evidenciem o trabalho em saúde como prática social, focando as relações que se estabelecem entre si, nas dimensões objetivas e subjetivas da formação humana e no compromisso ético-político com a sociedade, representa aderir ao movimento de mudanças da educação dos profissionais da saúde construído na escola em articulação com o sistema de saúde.

Nesse contexto de ampla participação social em que as escolas técnicas do SUS trazem em seu arcabouço histórico, a busca constante em desempenhar o papel político-pedagógico transformador, interagindo com a sociedade, por meio do ensino – serviço – comunidade, parte-se da premissa basilar de que a noção de cidadania, a noção de autonomia, a visão política, são fundadas na democracia.

A ausência de um processo de autoavaliação institucional participativa nas escolas técnicas do SUS sinaliza para a necessidade de mudança de paradigmas de gestão, mais focada no processo do que no resultado, pois muitas vezes o sistema burocratizado e conservador, sobressai-se a intencionalidade de adotar uma estrutura e organização escolar comprometidas com a transformação social.

A autoavaliação institucional participativa como estratégia de mudança e de entendimento das forças de poder e responsabilizações nas tomadas de decisão requer como referência:

- Diagnóstico da instituição, movimento que desencadeia um processo de reflexão e auto-análise, das atividades que estão em desenvolvimento nos diversos eixos do trabalho escolar.

- Envolvimento da comunidade escolar para assegurar a participação de todos – docentes e sujeitos educativos, técnicos administrativos e gestores, desde a etapa do diagnóstico identificando os pontos de fragilidade e potencialidades como indicador de auto referência.

- Planejar, levantar dados, organizar e desenvolver propostas são ações que legitimam o caráter pedagógico transformador, formador de valores e de princípios institucionais da avaliação. São fatores que indicam que a escola está aberta a promover a autoavaliação participativa, democrática e emancipadora (BRASIL, 2004), indicador de autodesenvolvimento.

A proposta de um Plano de Autoavaliação Institucional Participativa (PAIP) propulsor do movimento de elaboração e/ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico, ou como movimento de aproximação da concepção de gestão com enfoque em atitudes fundamentadas no paradigma de gestão transformadora, justifica a necessidade de um pronunciamento sobre a realidade que deve ser não apenas pensada, mas transformada, e neste pronunciar-se considerar as muitas maneiras de expressão, contidas na comunicação.

A partir da concepção de educação com humanização, competência, na perspectiva da consolidação do SUS, da cidadania, da promoção da saúde e da qualidade de vida, participando das transformações da sociedade, princípio filosófico das escolas do SUS, e que organiza a operacionalização das dimensões do trabalho escolar, busca-se construir um caminho para reafirmar o compromisso dos atores envolvidos com o estreitamento entre a educação e o trabalho na transformação da sociedade.

Visa fundamentar as bases operacionais para a implantação do processo de autoavaliação institucional participativa nas Escolas Técnicas do SUS, enfatizando a participação das partes envolvidas, como princípio para a democratização, em consonância com BELLONI E FERNANDES (2009), por meio do planejamento e preparação coletiva da avaliação, desenvolvi-

mento do projeto de intervenção e consolidação do processo e da programação de redirecionamento em busca do crescimento dos sujeitos educativos e sociais que compõem a estrutura escolar, conjugado ao crescimento da instituição revela-se no objetivo central desta proposta.

A organização do trabalho em etapas avaliativas, fundamentada em uma visão segundo a qual o conhecimento da realidade constitui um processo ativo e ininterrupto, que exige investimentos numa perspectiva da avaliação formativa onde, juntos, alunos, professores e funcionários, possam identificar potencialidades, fragilidades e redirecionamentos, quando necessários, em relação aos diferentes aspectos da instituição.

A articulação dos resultados da autoavaliação institucional participativa possibilita o fortalecimento da identidade das escolas que vem construindo em seus históricos institucional uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre a sua missão e finalidade.

A busca de alternativas dos estabelecimentos escolares para a instituição do pensamento crítico em seu processo de formação profissional tem como foco pensar as múltiplas configurações e reconfigurações de forças que compõem a gestão no interior da escola. As relações dos sujeitos a partir da linguagem e da semiótica, da territorialização, possibilitam instrumentalizar o estudo das relações de significação, sendo necessário alargar a compreensão da definição de poder, estudar a objetivação e subjetivação do sujeito, verificar necessidades conceituais, o tipo de realidade, um o quê? um por quê? um como?

“Planejar é tentar interferir no fluxo do tempo e dos acontecimentos com o objetivo de criar algo novo, ousar, avançar, e dar um salto qualitativo”, segundo Vasconcellos (1995, p.32).

O planejamento e a avaliação interna, proposta para esta intervenção serão realizados em períodos subsequentes e/ou concomitante à apresentação desta, a partir da nomeação da Comissão Interna de Avaliação, pela Direção da Escola Técnica, envolvendo o pessoal das Classes Descentralizadas e a Comissão Ampliada de Avaliação com representações relacionais da escola.

2 OBJETIVOS

Geral: Propor bases operacionais para a implantação do processo de autoavaliação institucional participativa nas Escolas Técnicas do SUS do Estado de São Paulo, por meio de uma proposta de intervenção.

Específicos:

- a) promover a cultura de avaliação institucional;
- b) dar suporte e orientação ao planejamento e redirecionamento das ações para a elaboração e ou reelaboração do PPP- Projeto Político Pedagógico;
- c) identificar a qualidade do desenvolvimento do ensino, pesquisa e potencial de integração com o serviço e comunidade;
- d) identificar as causas dos problemas e deficiências;
- e) aprimorar o Clima Organizacional das ETSUS;
- f) tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- g) prestar contas à sociedade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE

INTERVENÇÃO

A autoavaliação institucional é recente no Brasil, apesar de constar do debate internacional desde a década de 80, a Resolução CNE/CEB nº 4/1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, em seu artigo 15, estabelece que o “MEC, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, promoverá processo nacional de avaliação da educação profissional técnica de nível médio garantido a divulgação dos resultados”. (BRASIL, 1999).

A avaliação institucional, regulamentada apenas para a educação superior (Lei nº 10.861/2004 e Portaria nº 2.051/2004), nos termos do artigo 99, incisos VI, VIII e IX da LDB, é uma necessidade para todas as modalidades da educação, na medida em que, em suas dimensões interna e externa, visem o aumento da eficácia institucional e da efetividade escolar e o aprofundamento de compromissos e responsabilidades sociais. (BRASIL, 2004).

O enfoque processual iniciando-se pela avaliação interna com a participação da comunidade escolar é complementado pela avaliação da comunidade social externa, que colabora na identificação das necessidades no eixo integração ensino – serviço - comunidade.

Ressalta-se a característica predominante à realização de avaliação diagnóstica, o acompanhamento específico, por meio da construção de indicadores de desempenho para cada uma das dimensões, Filosófica, Pedagógica, Comunitária e Administrativa, tomando como referência o Projeto Político Pedagógico do CEFORSUS/SP de Araraquara, que destaca “o diagnóstico como chave do planejamento”, e pela utilização de uma diversidade de instrumentos de coleta de dados que na maioria das vezes devido à rotina ficam sem tratamento e utilização devidos. (PPP CEFORSU/SP de Araraquara, 2003).

Considerar as especificidades das Escolas Técnicas do SUS e a rede relacional que envolve a Educação Permanente em Saúde, como direcionamento para as análises diagnósticas, impulsionará a inserção das partes interessadas no processo de autoavaliação, favorecendo condições para a compreensão da complexidade do processo integração ensino serviço comunidade além de fornecer elementos para a comunidade interna orientar a tomada de decisões. Portanto, deverá ser construída em diálogo com a comunidade, por meio da análise crítica e da

legitimação das Dimensões e Indicadores de Avaliação e da elaboração das propostas preliminares de Avaliação.

Serão definidas metodologias que atendam às especificidades das dimensões avaliadas, e os indicadores pertinentes a cada uma, levando em consideração diferentes conteúdos, tratamento de fontes de dados e público-alvo. Ao longo do processo, considerar-se-á ritmos distintos para as diversas ações avaliativas, promovendo uma interação com a comunidade escolar, o que, além de possibilitar comunicação e diálogo, permitirá eventuais correções de rumos.

Para desencadear as atividades e coletar, organizar e avaliar as informações advindas dos indicadores recorre-se à escolha de procedimentos que proponham a aplicação de diferentes técnicas, roteiros e questionários.

Vale ressaltar que todo o processo precisa ser conduzido dentro de uma visão holística e interdisciplinar, devendo dar ênfase à inclusão e à participação de todos e de forma horizontal. Somente dessa maneira se conseguirá a interiorização do processo e das práticas de avaliação na escola.

O processo democrático de avaliação propicia, ainda, que a responsabilidade por ele, o controle e a tomada de decisão sejam dos parceiros. Portanto, todas as ações do processo devem estar sustentadas pelos princípios da Globalidade; Continuidade; Adesão voluntária; Legitimidade; Credibilidade. (SUANNO, 2002)

Concordando com Fernandes (2002, p.108),

“A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha a sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas, o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas, vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. Avaliação institucional é, portanto, um processo complexo e não há pronto para consumo um modelo ideal e único para as escolas. Ela precisa ser construída. Esse é o desafio de uma longa caminhada possível e necessária”.

Construção e pré-testes de instrumentos avaliativos são definidos a priori em três etapas para o trabalho:

Definição do conteúdo e da forma dos instrumentos específicos para cada segmento e dimensão avaliada; Métodos para a coleta de respostas para a análise e elaboração dos relatórios; Validação e tratamento de análise de dados junto às comissões. (SOUSA, 2007).

3.1 Etapas do processo de autoavaliação institucional participativa

A organização em etapas não significa, necessariamente, uma cronologia sequencial, mas conjuntos de ações que se concretizaram em situações de participação compartilhada, de forma a favorecer o diálogo como ponto fundamental para efetivar a avaliação.

As atividades serão desenvolvidas observando os princípios da flexibilidade, no aspecto qualitativo que permite ajustes, do processo e da negociação e cooperação da comunidade, que legitima o caráter pedagógico transformador de valores e princípios institucionais.

A partir dos princípios da participação coletiva, da democracia e da avaliação para a emancipação dos sujeitos envolvidos e para a transformação da realidade, em sintonia com o referencial teórico que fundamenta a concepção de educação, na missão da escola, valores e visão, o projeto de intervenção, que ora se apresenta, estabelece objetivos e metas, sistematizados em três etapas:

a) Planejamento e preparação coletiva da autoavaliação institucional participativa

Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio de caráter formativo que busca o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade escolar e da instituição como um todo, o envolvimento das partes interessadas e a contribuição de atores externos do entorno relacional da instituição, constituem o escopo desta ação.

Esta etapa projeta a ressignificação da prática e remete à contemplação de objetivos, estratégias, metodologia, recursos físicos, humanos e financeiros, além do cronograma. Integra atividades desencadeadas e coordenadas pelos membros da Comissão Interna de Avaliação, procurando estimular os fluxos de envolvimento dos atores institucionais.

A constituição da Comissão Interna de Avaliação - CIA, com a representação de todas as partes interessadas do processo, por meio de adesão à participação em um fórum aberto, via e-

mail e, em grupos, em que se considera a responsabilização pela organização, monitoramento e divulgação de resultados do processo, uma vez que os integrantes desta possuem domínio do objeto a ser avaliado e vivência na educação profissional técnica de nível médio no âmbito das ETSUS.

A Comissão Interna de Avaliação contará com o apoio da Comissão Ampliada, cujos integrantes externos, ampliarão os espectros da avaliação, possibilitando estabelecimento de critérios orientadores dos julgamentos avaliativos, dos dados de avaliação, as análises das informações e encaminhamentos de forma a contemplar as especificidades da escola e o conjunto dos dados coletados.

A exploração dos dados ocorrerá de forma cumulativa, na perspectiva da propagação-difusão de informações, análises e sínteses serão sistematizadas oferecendo um dinamismo de divulgação dos dados à comunidade e aprofundamento que possibilite orientar e ampliar as interpretações. Para tanto, as ETSUS devem estar abertas ao desenvolvimento de habilidades, tais como trabalhar em grupo, interdisciplinarmente, agir em equipe, saber falar, encantar, seduzir, envolver, emocionar, escrever e pesquisar, explorar novas hipóteses, duvidar, criticar, pensar, tomar decisões, ser ético como ensina Paulo Freire, pautar-se na “ética do cuidado, da amorosidade” (GADOTTI, 2003).

b) Desenvolvimento da proposta de intervenção.

A segunda etapa é determinada pela práxis criadora, pois possibilita enfrentar novas necessidades, situações, criando novas soluções, aproximação da realidade amparada por instrumentos especialmente construídos, buscando desvelar sentidos das práticas, na perspectiva da visão do grupo de atores institucionais. Demandará, portanto, uma diversidade de ações, relativas tanto à elaboração de instrumentos, às formas de coleta de dados, quanto ao processamento, às análises e à interpretação das informações levantadas.

Esses momentos se constituirão com amplas possibilidades de interações com grande parte da comunidade, interna e externa, estabelecendo-se pelo diálogo constante entre o problema e suas soluções; não implica modelos prévios, o “caminho se constrói ao andar”; seu caráter é

processual, supõe uma íntima relação entre as dimensões subjetivas e objetivas, entre o planejado, pensado e o executado, realizado. É sempre única, não se repete é criadora.

Serão construídos questionários para alunos, professores, funcionários e egressos, roteiros para análise documental, entrevistas e grupo focal; mapeamento das informações já existentes na escola no que diz respeito às dimensões a serem avaliadas; administração e logística do levantamento de informações, recorrendo maioria das vezes à opção *on-line*, dada a área de abrangência das ETSUS e as Classes Descentralizadas.

c) Consolidação do processo e da programação de redirecionamento da autoavaliação institucional participativa

A terceira etapa integra e sintetiza as etapas anteriores, organizando a operacionalização da autoavaliação institucional participativa que possibilitará análises de dados que resultarão no balanço crítico dos aspectos avaliados, como também indicação de encaminhamentos e sugestões necessários para os diferentes níveis decisórios da elaboração ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP ou tomadas de decisão.

Implica, ainda, um diálogo com a comunidade sobre as análises de cada dimensão avaliada, em fóruns de interlocução especialmente organizados para tal. Nesta etapa de consolidação, deverá ser elaborado, analisado e divulgado o relatório final que contemplará, ainda, uma análise do processo avaliativo e de seus resultados para a melhoria do desempenho da escola.

Como produto de todo o processo avaliativo, o relatório final deverá expressar os resultados das discussões, da análise e da interpretação dos dados obtidos, mais diretamente, no processo de autoavaliação. Passará pelos membros da comunidade escolar e da sociedade preservando a clareza nas informações e na interpretação dos resultados, possibilitando, em sua conclusão, a identificação da coerência ou desvios em relação ao perfil esperado para a escola, nas premissas de que tenha alcançado os objetivos e indicar sugestões nas dimensões: filosófica, pedagógica, comunitária e administrativa.

3.2 Definição do conteúdo e da forma dos instrumentos específicos para cada segmento e dimensão avaliada

As dimensões expressarão o ideal específico da instituição, a identidade, a organização política e pedagógica da escola, para o desenvolvimento de suas ações no cumprimento da missão/ finalidade, respeitando as diversidades regionais e o compromisso social.

Com vistas ao conhecimento do olhar, da percepção e do entendimento da comunidade escolar e comunidade social, as inter-relações da escola no âmbito social e da saúde, referente à dimensão filosófica da escola, propõe-se um arranjo instrumental composto de questionários, reuniões, fóruns temáticos de discussão, entrevistas, grupo focal, análise documental existente, a construção de diretrizes para o movimento de aproximação da educação e do trabalho.

Assim, em caráter de sugestão, apenas como mobilizador do processo, que tem como eixo estruturante, a participação coletiva para a construção de indicadores de qualidade para o melhor desempenho da função da escola sugere-se a seguinte matriz, apontando que para cada indicador será solicitado pontos fortes e fracos.

A seguir apresentam-se as dimensões e os indicadores para a construção das matrizes de avaliação tendo como enfoque o sentido para os sujeitos, integrantes do processo, partes interessadas, dando ênfase à especificidade da realidade de cada um. (PPP CEFORSUS/SP de Araraquara, 2003).

QUADRO 1 - Quando da percepção do docente e do sujeito educativo.

Elemento diagnóstico	Núcleo de Avaliação	Indicadores	Variáveis.
Dimensão filosófica	Processo/ resultados	Missão da escola; Objetivos; Valores; Visão de futuro.	Sucesso escolar; realização de objetivos, resultados, produtos, relatório final de avaliação.

Planejamento	Processo ensino aprendizagem	Plano de Curso, Plano Escolar, Plano de trabalho/ ensino/aula. Formação do Cidadão. Prática Pedagógica/Métodos e Metodologias.	Relação pedagógica, respostas às diferenças, interação.
Currículo	Processo ensino aprendizagem	Conteúdos Curriculares. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos. Desenvolvimento de competências, flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualidade.	Currículo, ensino, relevância, adequação a realidade.
Metodologia	Processo ensino aprendizagem.	Desenvolvimento de metodologias adequadas, conhecimento, habilidades, atitudes e valores. Integração Teoria – Prática /Integração ensino serviço comunidade.	Orientação aos alunos, desenvolvimento dos recursos, estrutura, clareza.
Avaliação	Processo ensino aprendizagem.	O processo de Avaliação. Perfil Profissional de Conclusão. O processo ensino - aprendizagem.	Qualidade do ensino, estratégia, informação de retorno, feedback, desenvolvimento de competências.
Disciplina	Processo ensino aprendizagem.	Relações sociais, diversidades. Consciência e interatividade. Participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, formação do caráter e da cidadania.	Caráter, características dos alunos, clima de sala de aula, resposta às diferenças, assiduidade, participação.

Relação docente-aluno	Processo ensino aprendizagem.	Relações de poder; relações do saber; envolvimento; disciplina; conhecimento; transmissão e comunicação; formação e ética; processos de subjetivação; pesquisa; avaliação.	Gestão da sala de aula, envolvimento, estratégia, competências, gestão de tempo, cooperação.
O espaço de trabalho coletivo	Contexto	Construção e reconstrução do conhecimento; a inserção do sujeito no mundo do trabalho; relações interpessoais; o resgate da cidadania.	Características do ambiente, perfil socioeconômico e cultural, domínio da linguagem, apoio da gestão do trabalho, mudanças no processo de trabalho.
A formação profissional	Processo/ resultados	Competência técnica; capacidade de se comunicar, de trabalhar em equipe, de gerir e resolver conflitos; a inserção do sujeito no mundo do trabalho. Formação inicial e continuada de trabalhadores em serviço.	Capacidade dos sujeitos educativos para aplicar os conhecimentos aprendidos e competências sociais e de vida.

QUADRO 2 - Quando da percepção do Corpo Técnico Administrativo

Elemento Diagnóstico.	Núcleo de Avaliação	Indicadores	Variáveis.
Filosofia da escola	Processo/ resultado	Missão da escola; Objetivos; Valores; Visão de futuro.	Realização dos objetivos, visão construída; valores agregados à escola; visão das partes/todo; objeto do trabalho, informação/conhecimento.
As relações de poder	Gestão	Formas de atuação, processo decisório. Integração das instâncias de desenvolvimento da política de educação permanente em saúde.	Relações de poder – verticais ou horizontais; liderança; comunicação na escola; ligações com a comunidade mais ampla (serviços de saúde); relacionamento; decisões centralizadas/descentralizadas.

A estrutura e organização da escola	Gestão	Clima organizacional da escola; relação interpessoal, grau de satisfação pessoal e profissional.	Gestão de pessoal; relacionamento competitivo/cooperativo; tipo de enfoque- objetivo/subjetivo; meta – eliminação de conflito/ mediação de conflito, estruturas lineares/circulares.
Infraestrutura física	Contexto	Característica do ambiente, área física; situação financeira; tecnologias da informação e comunicação. Os serviços de secretaria.	Espaços individualizados/ coletivos; autonomia; limpeza e organização. Atendimento aos docentes, alunos, coordenadores, etc.
A participação do trabalhador	Gestão Envolvimento	Forma de atuação, integração nos processos decisórios e de gestão; integração.	Envolvimento, inter-relação com o serviço e a comunidade.
As condições objetivas do trabalho	Contexto Gestão	Desenvolvimento das atividades, iniciativa, ambiente propício para colocação de idéias.	Percepção do ambiente de trabalho, flexibilização do gestor, relacionamento interpessoal.

Os participantes terão sua identidade preservada, sendo comum a todos os itens: idade, sexo, escolaridade, profissão. Os instrumentos de coleta de dados serão os questionários (ANEXOS 1, 2 e 3) e o diário de campo.

A análise dos resultados será realizada a partir da transcrição dos dados e submetida à análise de conteúdo temática. Minayo (2003, p. 74) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto.

(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente). A análise e a interpretação dos conteúdos obtidos nos processos a serem seguidos. O efetivo “caminhar, a contextualização considerada o cenário, o pano de fundo no sentido de garantir a relevância dos resultados a serem divulgados e, de preferência, socializados”.

Validação e tratamento de análise de dados junto às comissões

A autoavaliação institucional participativa depende da elaboração de um banco de informações, em uma série histórica, que revele o seu desempenho em relação às dimensões e indicadores pertinentes ao processo de avaliação, e do envolvimento das partes interessadas no processo tornando-se foco para a discussão e elaboração de projeto de intervenção, que visa o fortalecimento, a identidade e especificidades das escolas Técnicas do SUS.

A auto referência, a autoanálise e o auto desenvolvimento tornam-se indicadores internos e externos, construídos de forma participativa e valorizando a análise histórica de outros momentos avaliativos na instituição, traçam as diretrizes para mudanças que contribuem para o desenvolvimento institucional.

Por se tratar de um momento intencionalmente pedagógico e de potencialização dos recursos humanos para o aperfeiçoamento das áreas da avaliação, o processo – enfoque nos resultados, a gestão enfoque na participação, o processo ensino-aprendizagem com enfoque na autonomia e pensamento crítico e no contexto das políticas, planejamentos, redimensionando recursos, acordos de cooperação interinstitucionais e outras ações que incrementam a qualidade do estabelecimento acadêmico.

Análise e elaboração dos relatórios e apresentação dos resultados

Ao tomar a “análise” como um processo de descrição dos dados coletados e a “interpretação” como um processo de reflexão sobre o que foi descrito, com embasamento teórico, distingue-se técnicas de análise de caráter quantitativo e de caráter qualitativo na análise de conteúdo.

O estabelecimento de categorias para a análise; a codificação das informações; a tabulação: colocação dos dados em tabelas para verificar as relações que apresentam entre si, podendo também cruzar uma ou mais variáveis entre si, representam operações da análise de dados quantitativos.

Quanto à análise de dados qualitativos em que se usam entrevistas semi estruturadas, grupos focais, observações, análise de conteúdo, etc. Esses tipos de instrumentos possibilitam a revelação de sentimentos, valores ou concepções mais subjetivas do que os questionários e

formulários, que no geral, obtém informações mais objetivas, e racionalizadas passíveis de mensuração.

Minayo,(1992) faz uma proposta para análise de conteúdo em dois níveis:

- No primeiro, apresentar a conjuntura socioeconômica e política da qual faz parte o grupo de entrevistados, sua história e inserção no contexto sócio histórico mais geral;
- No segundo, apresentar as observações de condutas, costumes, o teor das comunicações de cada indivíduo.

A divulgação dos resultados remete ao envolvimento das partes interessadas, a percepção dos diferentes significados que pode atribuir para qualidade do que está sendo avaliado, ou seja, na dimensão filosófica, pedagógica, comunitária ou administrativa da escola. A explicitação de conflitos e problemas ganha destaque quando ancorados no princípio da flexibilidade, o que garante os aspectos qualitativos e permite ajustes no processo, aprimorando na mediação de negociações e cooperação na legitimação do caráter pedagógico, transformador e formador de valores e princípios institucionais.

3.3 Cronograma

Etapas	Ação	Estratégia	Periodo
Planejamento e preparação coletiva da avaliação	<p>Constituição e nomeação dos integrantes da Comissão Interna de Avaliação;</p> <p>Constituição e nomeação dos integrantes da Comissão Ampliada de Avaliação.</p> <p>Apresentação e adequação da proposta de Auto avaliação Institucional Participativa junto às comissões.</p>	<p>Indicação pelo dirigente e/ou convite para profissionais que atuam na sede e em classes descentralizadas;</p> <p>Envolvimento de representantes da rede relacional de Educação Permanente em Saúde e Comissões de Integração ensino-serviço.</p> <p>Criação de um grupo eletrônico para facilitar a comunicação e compartilhamento de vivencias;</p>	1º. Mês

Desenvolvimento do Projeto	<p>1ª. Oficina de auto avaliação institucional participativa com os integrantes das comissões.</p> <p>Co-responsabilização dos membros das comissões para aplicação dos instrumentos.</p> <p>Aplicação dos instrumentos da pesquisa.</p>	<p>Construção dos instrumentos de coleta de dados, a partir da adequação a realidade da escola e a sugestão de Matriz de indicadores.</p> <p>Sugestão: Termo de Compromisso.</p>	2º. Mês
	<p>2ª. Oficina de auto avaliação Institucional Participativa com os integrantes das comissões.</p>	<p>Questionários e/ou formulários, roteiros para observação; análise de conteúdos; entrevistas e grupos focais, junto às partes interessadas (docentes, alunos, funcionários e egressos em serviço) pelos integrantes das Comissões.</p>	3º. Mês
	<p>3ª. Oficina de auto avaliação Institucional Participativa com os integrantes das comissões.</p>	<p>Validação e tratamento de dados coletados, elaboração de banco de informações;</p>	4º. Mês
		<p>Elaboração do Relatório e considerações da Auto avaliação Institucional participativa.</p>	5º. Mês
Consolidação do processo e programação de redirecionamento	<p>1ª. Assembleia Geral (comissões: interna e externa, coordenadores e docentes, sujeitos educativos, corpo técnico e administrativo da escola, trabalhadores do serviço de saúde, instancias colegiadas de gestão na saúde e de integração ensino serviço).</p>	<p>Apresentação do Relatório final da auto avaliação Institucional participativa.</p> <p>Elaboração de propostas e sugestões de programação de redirecionamento de ações para elaboração e/ou reelaboração do Projeto Politico Pedagógico da escola ou como movimento de aproximação da concepção de gestão com enfoque e atitudes fundamentadas no paradigma de gestão transformadora.</p>	6º. Mês

3.4 Orçamento

AÇÃO	Natureza da despesa	Valor R\$1,00	Valor Total
Planejamento e preparação coletiva da avaliação	<i>Coffee breack</i> (50 pessoas)	7,00	350,00
	Material de divulgação	Recursos próprios	
Desenvolvimento do projeto 1ª. Oficina	Hora/aula – docente convidado	60,00	480,00
	<i>Coffee breack</i> (50 pessoas)	7,00	350,00
	Material didático/pedagógico/divulgação	Recursos próprios	
2ª. Oficina	Hora/aula – docente convidado	60,00	480,00
	<i>Coffee breack</i> (50 pessoas)	7,00	350,00
	Material didático/pedagógico/divulgação	Recursos próprios	
3ª. Oficina	Hora/aula – docente convidado	60,00	480,00
	<i>Coffee breack</i> (50 pessoas)	7,00	350,00
	Material didático/pedagógico/divulgação	Recursos próprios	
Consolidação do processo e programação de redirecionamento	Hora/aula – docente convidado	60,00	480,00
	<i>Coffee breack</i> (50 pessoas)	7,00	350,00
	Material didático/pedagógico/divulgação	Recursos próprios	
TOTAL			4.500,00

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vem amadurecendo e aprimorando sistemas de avaliação da educação básica e do ensino superior, por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, propostos para monitorar uma das dimensões da avaliação institucional, a de resultados de aprendizagem obtidos nesses níveis de ensino.

No âmbito da educação profissional, ainda não se implantou um sistema de avaliação nacional que auxilie a identificação dos impactos de cursos ou programas de educação profissional na vida dos egressos e as possíveis mudanças ocorridas no processo de trabalho, neste caso, no Sistema Único de Saúde.

A criação de mecanismos oficiais de certificação de competências é ainda uma alternativa de avaliação de resultados de aprendizagem da educação profissional, porém ainda não suficientemente discutida, amadurecida e, portanto, implantada.

São muitos os desafios para a efetivação da gestão democrática nos espaços educacionais, um deles é a percepção burocrática da gestão. A concepção burocratizada e hierarquizada da gestão faz com que os contextos escolares tornem-se espaços fechados, sem momentos de discussão, crescimento e melhoria da educação.

Ao adotar a gestão democrática, a escola define o rumo de seus encaminhamentos, promovendo a participação de todos, preservando e construindo sua identidade e autonomia pedagógica e administrativa, possibilitando o crescimento e a melhoria de toda a escola e dos agentes nela inseridos. Essa é a educação transformadora, conforme propôs o educador Paulo Freire, que entendia a educação como um processo de conscientização e libertação, defendia o

diálogo como atividade pedagógica por excelência e acreditava na autonomia da escola, em que uma das características mais importantes, esta ligada à sua energia criativa, à comunicação dialógica no processo educativo, ao enfrentamento das adversidades e à flexibilização da gestão, além do compromisso transformador.

É possível, resumidamente, afirmar que gestão democrática da educação com qualidade social inclusiva é a que promove o acesso ao conhecimento construído pelo conjunto das experiências e impulsiona a construção de novos conhecimentos, compatíveis com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional; além de incentivar o desempenho profissional e a participação das comunidades escolar e local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 5/10/1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Casa Civil da Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e dá outras providências. Casa Civil da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 16, de 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>>

BRASIL. Decreto nº 5.154/2004, de 22 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Casa Civil da Presidência da República, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde Núcleo Temático IV – Processo de Avaliação nas práticas de gestão das ETSUS – do Curso de Especialização Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – CEGEPE - Belo Horizonte CAED-UFMG 2012.

BELLO NI, I; FERNANDES, M. E. A. Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares - Brasília: CONSED, 2009.

DIAS SOBRINHO. J. BALZAN. N.C. Avaliação institucional: teorias e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO. J. Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

EYNG, A. M. Planejamento e Gestão do projeto político-pedagógico: desenvolvendo competências. In: EYNG, A.M. Planejamento e Gestão Educacional numa perspectiva Sistêmica. Curitiba: Champagnat, 2002.

FERNADES, M.E.A. Avaliar a escola é preciso: Mas...que avaliação? In: VIEIRA, S.L. Gestão da Escola desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FERNANDES, M. E. A.. Avaliação da escola e do sistema educacional: base teórica e construção do projeto. 2ed. Fortaleza: edições Demócrito rocha,2002.

GADOTTI, M. A Boniteza de um sonho – ensinar e aprender, Instituto Paulo Freire, editora Feevale Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul - 2003.

GADOTTI, M _ A Educação contra a Educação – O Esquecimento da educação e a Educação permanente 5ª. Edição Paz e Terra, 1992.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, H. A gestão Participativa na Escola. Petrópolis: Vozes, 2006.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, HUCITEC, 2004. 269p.

SOUSA, C.P. Comissão Própria de Avaliação. Autoavaliação Institucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP: EDUC, 2007.

SUANNO, M. V. R. Auto Avaliação Institucional: Princípios e Metodologia do Grupo Focal. In: BELLO, José Luiz de Paiva. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>> . Acesso em: 12/01/2013.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELLOS, C. S. "O Planejamento Participativo como Instrumento de Transformação." São Paulo, Loyola (1998).

APÊNDICE 1- ESTRUTURA PARA QUESTIONÁRIOS QUANDO A PARTE INTERESSADA É O SUJEITO EDUCATIVO

ELEMENTO DIAGNÓSTICO	QUESTÕES	
	ABERTAS	FECHADAS
DIMENSÃO FILOSÓFICA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
PLANEJAMENTO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
CURRÍCULO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
METODOLOGIA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
AValiação	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
DISCIPLINA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
RELAÇÃO DOCENTE/ALUNO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
ESPAÇO DE TRABALHO COLETIVO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
-----------------------	---------------------------------------	--

APÊNDICE 2- ESTRUTURA PARA QUESTIONÁRIOS QUANDO A PARTE INTERESSADA É O DOCENTE

ELEMENTO DIAGNÓSTICO	QUESTÕES	
	ABERTAS	FECHADAS
DIMENSÃO FILOSÓFICA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
PLANEJAMENTO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
CURRÍCULO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
METODOLOGIA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
AVALIAÇÃO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
DISCIPLINA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
RELAÇÃO DOCENTE/ALUNO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR

ESPAÇO DE TRABALHO COLETIVO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR

APÊNDICE 3- ESTRUTURA PARA QUESTIONÁRIOS QUANDO A PARTE INTERESSADA É O CORPO TECNICO E ADMINISTRATIVO

ELEMENTO DIAGNÓSTICO	QUESTÕES	
	ABERTAS	FECHADAS
A FILOSOFIA DA ESCOLA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
AS RELAÇÕES DE PODER	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
INFRAESTRUTURA FÍSICA	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR
AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DO TRABALHO	PONTOS POSITIVOS PONTOS A MELHORAR	EXCELENTE / BOM / REGULAR / NÃO SABE OPINAR

